

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA OS NOVOS PROGRAMAS DE MESTRADO EM ENFERMAGEM NO BRASIL

Juliana Dias Reis Pessalácia- Mestre e Doutora em. Pós-doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Enfermagem, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Três Lagoas (CPTL), e-mail: juliana@pessalacia.com.br

Sabe-se que a capacidade de formar profissionais com nível de instrução elevado e de qualidade, tem sido um importante objetivo do processo de desenvolvimento e expansão do ensino superior no Brasil. Destaca-se neste cenário, o crescimento dos cursos de Pós Graduação *Stricto Sensu* em todas as áreas no país, principalmente na área de Enfermagem⁽¹⁾.

Aponta-se no Documento de Área de 2019, que a área conta atualmente com 78 programas de pós-graduação e 116 cursos, os quais encontram-se concentrados nas regiões sul e sudeste do país. Observou-se um significativo aumento nas submissões de propostas de mestrados profissionais no APCN (Apresentação de Propostas para Cursos Novos) da Plataforma Sucupira da CAPES, quando comparadas às propostas acadêmicas. Além disso, no biênio 2017/2018 aprovaram-se novos programas, sendo apenas uma proposta de mestrado acadêmico e três mestrados profissionais⁽²⁾. Destarte, evidencia-se uma tendência a uma formação voltada para a prática profissional, com o propósito de atender às demandas impostas pelo mercado de trabalho na área. Revela-se também, uma tendência de recuperação das regiões tradicionalmente defasadas, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste, buscando-se uma progressiva redução das desigualdades entre as regiões do Brasil e no âmbito da área do conhecimento.

Ressalta-se que a Área de Enfermagem, numa perspectiva de expansão dos programas com qualidade, considera dentre os critérios para aprovação de cursos novos: a região a que a proposta se vincula, a vocação da instituição e dos docentes, a necessidade de formação para os mercados acadêmico ou não acadêmico, dentre outros aspectos⁽²⁾. Assim, observa-se que os cursos novos apresentam, dentre outros desafios, a necessidade de discutir a vocação dos mesmos, considerando-se a colocação de seus egressos, bem como a consolidação do programa, para que possam submeter propostas de doutorado.

Também torna-se um desafio a concretização de cooperações interinstitucionais nacionais e estrangeiras e o desenvolvimento de centros de excelência em ensino e pesquisa. Deve-se também atentar para a relevância de se estruturar propostas que representem inovações curriculares e que ampliem o interesse dos discentes em sua própria formação⁽²⁾. Destaca-se a inserção precoce dos graduandos em grupos ou projetos de pesquisa, através de Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICs) e de Programas de Educação Tutorial (PET) e a contribuição dos Programas de Pós Graduação em Enfermagem para a formação de professores da Educação básica, através do desenvolvimento de projetos

de pesquisa e/ou extensão universitária neste âmbito, bem como a formação de professores para o ensino técnico (Educação Profissional)⁽²⁾.

Outra novidade foi a alteração nos itens de avaliação dos programas, com redução numérica de cinco itens anteriores para três itens na nova Ficha de Avaliação do Programa e maior ênfase à avaliação qualitativa das publicações dos docentes, destacando-se as cinco principais publicações no quadriênio. Deste modo, busca-se o crescimento qualitativo dos programas e de suas produções e a formação de recursos humanos qualificados, proativos e que atuem de forma integrada às necessidades da sociedade, possibilitando-se o acesso social aos recursos da ciência e dos conhecimentos decorrentes de pesquisas⁽²⁾.

A Área também passou por importantes mudanças na avaliação dos periódicos os quais os docentes dos programas publicam, com novos critérios de classificação para o Qualis Referência. Adotou-se a metodologia de classificação de periódicos proposta pelo Grupo de Trabalho (GT) Qualis Periódicos, instituída pela Portaria nº 150 de 4 de julho de 2018, partindo-se da premissa de que cada periódico deveria receber apenas uma classificação, a ser atribuída por uma 'área mãe'. A partir da nova metodologia adotada, foram classificados 343 periódicos na Área de Enfermagem⁽³⁾. Isto posto, sugere-se que os programas novos analisem as possibilidades de publicação de seus produtos de pesquisa, considerando-se o novo quadro de periódicos avaliados pela Área e as tendências de crescimento dos mesmos, segundo os novos critérios de classificação adotados.

Uma importante novidade do último documento de área é a ênfase no Planejamento Estratégico dos Programas, considerando-se que o mesmo representa a possibilidade de uma trajetória de sucesso para os programas, através de uma expansão planejada e organizada⁽²⁾.

Destarte, mediante às recentes modificações nos critérios de avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil e na classificação dos periódicos, os programas de enfermagem recentemente aprovados destacam-se com a vantagem de adesão precoce a estes critérios, aumentando-se as possibilidades de sucesso das ações previstas em seus Planejamentos Estratégicos. Muitas vezes, tais programas são avaliados apenas parcialmente na primeira avaliação, pelo fato de não iniciarem, muitas vezes, suas atividades no primeiro ano do quadriênio. Assim, os mesmos apresentam o benefício de um maior período de tempo para organização, planejamento e avaliação do programa. Entretanto, tais programas contam com o desafio de desenvolverem suas pesquisas em um contexto de recursos escassos, visto que, programas que ainda não passaram por avaliação não são beneficiados pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da CAPES. Além disso, recebem um número restrito de bolsas através do Programa de Demanda Social (DS) da CAPES.

O atual cenário mostra-se desafiador para os novos Programas de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Enfermagem no Brasil, entretanto, o recente aprimoramento do processo de avaliação dos programas no país possibilita novas reflexões acerca da formação profissional, angariando-se subsídios para uma formação mais condizente com as necessidades do mercado de trabalho em Enfermagem, com os desafios

econômicos e sociais e com os indicadores de saúde e as necessidades sociais e de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

REFERÊNCIAS

1. Zamprogna KM, Backes VMS, Menegaz JC, Francisco BS. Caracterização da formação didático-pedagógica em programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em enfermagem. Rev Esc Enferm USP 2019;53:1-7. DOI: [10.1590/s1980-220x2017030503430](https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017030503430)
2. Brasil. Ministério da Educação. Documento de área. Área 20: enfermagem. Brasília: MEC; 2019 [citado em 19 jul 2019]. Available in: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ENFERMAGEM.pdf
3. Brasil. Ministério da Educação. Relatório do Qualis Periódicos. Área 20: enfermagem. Brasília: MEC; 2019 [citado 2019 Jul 19]. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Relatorio_qualis_enfermagem%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Relatorio_qualis_enfermagem%20(1).pdf)

Como citar este artigo:

Pessalácia JDR. Perspectivas e desafios para os novos programas de mestrado em enfermagem no Brasil. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. 2019;9:eEditorial. [Access_____]; Available in:_____. DOI: <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v9i0.3604>